

**ATA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA VINTE E QUATRO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZASSETE**-----

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e dezassete, reuniu pelas vinte e uma horas na sala de reuniões da Sede da Junta de Freguesia de Cercal do Alentejo, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte: -----

**-----ORDEM DO DIA:-----**

**1.Expediente.**-----

**2.Ata.** -----

**3.Designação de um(a) cidadã(o) para integrar a Comissão Alargada CPCJ de Santiago do Cacém.** -----

**4.PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL** -----

--- a) Declarações – compromissos plurianuais, pagamentos e recebimentos em atraso; -----

--- b) Empréstimo de Longo Prazo até ao montante de 327.000€ (Trezentos e vinte e sete mil euros) - Revogação de deliberação; -----

--- c) Empréstimo de Longo Prazo até ao montante de 1.037.000€ (Um milhão e trinta e sete mil euros); -----

--- d) Alteração ao Anexo I do Contrato de Concessão de Energia Elétrica de Baixa Tensão no Município de Santiago do Cacém; -----

--- e) Apoio à Freguesia de Santo André; -----

--- f) Renovação da isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) à Associação de Moradores de Aldeia dos Chãos. -----

**5. ATIVIDADE AUTÁRQUICA** -----

**Efetuada a chamada verificou-se estarem presentes os membros:** -----

Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Ricardo Campos da Silva Rico, Maria da Conceição Pinela Pereira, Marina Patrícia Basílio Pedro, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, José Manuel Guerreiro das Neves, Nelson José Bento Raposo, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, Vera Lúcia da Costa Violante, Joana Margarida Ganço Filipe, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Armando Severino de Almeida e Virgílio de Matos Gonçalves. -----

**Não compareceram os membros:** Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Jorge Manuel Mata Magrinho, António João Antunes Isidoro, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes e João Saraiva de Carvalho. -----

**Verificou-se ainda a presença** do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, e dos Senhores Vereadores Maria Margarida Santos, Norberto Valente Barradas, Albano Pereira, Daniela Martins e Francisco de Sousa.-----

**Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:**-----

**AGRADECIMENTOS**-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, agradeceu à Junta de Freguesia do Cercal na pessoa do seu Presidente, António Albino, a cedência das instalações da Autarquia, para a realização de mais uma sessão descentralizada da Assembleia Municipal.-----

**SUBSTITUIÇÕES TEMPORÁRIAS**-----

A Senhora Presidente deu conhecimento de que se faziam substituir na presente Sessão, O Senhor Hugo Ferreira, eleito do PS, pela Senhora Miriam Mascarenhas que se segue na mesma lista, e o Senhor João Saraiva de Carvalho, eleito da CDU, pelo Senhor Carlos Francisco que se segue na mesma lista, em conformidade com o previsto no artigo 78º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.-----

**-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----**

**OITO DE MARÇO – DIA INTERNACIONAL DA MULHER**-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra à Senhora Maria Alberto Branco, inscrita para o efeito, a qual começou por agradecer à Assembleia Municipal a oportunidade de, em nome do Movimento Democrático de Mulheres, intervir na sessão e de convidar todos os presentes para celebrar o Dia Internacional da Mulher, acrescentando que assinalar o dia 8 de março era importante, fundamentalmente, porque continuam a existir desigualdades e discriminação entre homens e mulheres no trabalho e na vida. A função social da maternidade e da paternidade continua a não ser respeitada. É cada vez mais incerto o emprego e precário o emprego das mulheres, sobretudo se estão grávidas. O desrespeito pelas mulheres que continua a ter de trabalhar mais sessenta e cinco dias, por ano, do que os homens, para receberem o mesmo salário, e continuam a receber pensões mais baixas e a ser vítimas de violência no trabalho e em casa, sendo insuficientes as medidas de apoio às mulheres vítimas de violência.-----

Por estas razões, convidou os membros da Assembleia Municipal a participarem numa iniciativa do MDM, no dia quatro de março, às quinze horas, no Auditório Municipal António Chainho, e na manifestação nacional, em Lisboa, no dia onze de março.-----

Mais referiu que para haver desenvolvimento era fundamental conhecimento, criatividade e empenho, e porque consideravam que uma democracia para o ser efetivamente, não podia ignorar a participação das mulheres na vida política e social, incluindo nos órgãos de decisão democrática.-----

Concluiu, apelando à participação naquelas iniciativas, referindo que gostaria de contar com todos.-----

A Senhora Presidente agradeceu a intervenção da Senhora Maria Alberto Branco e o convite feito à Assembleia Municipal.-----

**-----ANTES DA ORDEM DO DIA:-----**

**Pela Senhora Joana Filipe, eleita do BE, foi apresentada a seguinte proposta de Moção:**-----

**“MOÇÃO EVOCATIVA DA MEMÓRIA DE JOSÉ AFONSO NO 30º ANIVERSÁRIO DA SUA MORTE**-----

Cumpriram-se ontem, dia 23 de fevereiro de 2017, 30 anos sob o falecimento do cantor da Revolução, José Afonso. -----

José Afonso, ou Zeca, como o conhecemos, deixou-nos um legado musical de incomensurável valor, com letras que ainda hoje são símbolo de resistência, luta pela liberdade e homenagem aos ideais de abril. -----

Por tudo o que representou e representa, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém reunida a 24 de fevereiro de 2017, presta a justa homenagem à obra e memória de Zeca Afonso, Trovador da Liberdade, compositor e poeta maior, referência incontornável e irrepetível no panorama cultural português.” -----

A Senhora Presidente colocou a **proposta de Moção** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.** -----

-----  
**Pela Senhora Joana Filipe, eleita do BE, foi apresentada a seguinte proposta de Moção:** -----

**“MOÇÃO**-----

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém ao tomar conhecimento que:-----

1. Toda a faixa litoral portuguesa foi retalhada e dividida com vista à prospeção e exploração de petróleo e gás pelas grandes empresas do setor, entre as quais a GALP no caso do litoral alentejano;-----

2. O Estado negociou e assinou entretanto contratos com estas empresas sem quaisquer estudos de impacto ambiental e sem discussão pública, em secretismo completo, sem quaisquer contrapartidas significativas para o Estado e para as populações e sem controlo público nos processos de pesquisa e exploração de petróleo e gás natural;-----

3. O Estado manifestou publicamente na comunicação social a intenção de rescindir os contratos de exploração referentes à costa algarvia, mencionando quanto aos contratos referentes à costa alentejana que se avançaria para a exploração já em abril próximo;-----

4. Os processos que estas empresas pretendem utilizar, designadamente o fracking ou fratura hidráulica, consiste em injetar no subsolo a alta pressão, em terra ou no mar, água, produtos químicos e areias, podendo atingir níveis de profundidade muito elevados, de modo a ter um profundo efeito penetrante, alargando as fissuras onde se encontra o petróleo e o gás e provocando a sua ejeção para a superfície;-----

5. Estes processos têm efeitos ambientais tremendos, que investigações científicas recentes têm comprovado e sublinhado – contaminação piscícola em ambiente marinho, poluição do ar, poluição sonora, riscos elevados de derrames com contaminação dos solos e dos aquíferos por infiltração, efeitos nocivos na saúde pública por exposição aos hidrocarbonetos e por assimilação de produtos químicos com efeitos cancerígenos, alterações hormonais ou gerando partos prematuros;-----

6. Esta forma de exploração, provoca, inclusivamente, aumento da atividade sísmica. ---  
Numa altura em que:-----

1. Cada vez mais se exige o desenvolvimento de uma política energética nacional na linha dos grandes acordos internacionais que privilegie as energias renováveis, onde Portugal é aliás um dos países europeus com maior potencial.-----

2. Se desconhece o impacto ambiental e o impacto socioeconómico que esta atividade de exploração poderá ter noutras atividades económicas, em particular no Turismo, tão importante para a região do Litoral Alentejano; -----

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida 24 de fevereiro de 2016: -----

1. Interpela o Governo português através do Senhor Primeiro Ministro e dos senhores Ministros da Economia, do Mar e do Ambiente, reclamando a rescisão, ou, pelo menos,

a suspensão e reavaliação dos contratos de prospeção e exploração de petróleo e gás em toda a faixa litoral, não apenas na costa algarvia; -----  
2. Exige a realização de uma avaliação séria sobre o impacto ambiental e socioeconómico decorrente desta atividade de prospeção, transparente e gerando amplo debate entre as populações; -----  
3. Reclama o desenvolvimento de políticas públicas que protejam o ambiente, defendam a qualidade de vida e a saúde das populações e preservem os nossos recursos naturais para as gerações vindouras; -----  
4. Torna pública na imprensa local e nacional esta sua tomada de posição e dela dá igualmente conhecimento aos grupos parlamentares da Assembleia da República, à Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral e à sua Assembleia Intermunicipal. -----  
5. Solidariza-se com os grupos, associações e movimentos da sociedade civil que por todo o país, e também no Alentejo Litoral, se vêm pronunciando neste sentido.” -----

A Senhora Presidente colocou a proposta de Moção, para discussão.-----  
Não havendo inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta de Moção** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezoito votos a favor, sendo dezassete dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Maria da Conceição Pinela, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, Carlos Francisco, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Armando Severino de Almeida e Virgílio Gonçalves, e um da eleita do BE, Senhora Joana Ganço Filipe. Dois abstenções de eleitos do PS, senhores João Filipe Rodrigues da Silva Pereira e Miriam Mills Mascarenhas. Cinco votos contra, sendo 4 de eleitos do PS, senhores Ricardo Campos da Silva Rico, Marina Patrícia Basílio Pedro, Nelson José Bento Raposo e Vera Lúcia da Costa Violante, e um do eleito do PSD, Senhor Pedro do Ó Ramos. -----

-----  
**Pelo Senhor José Sucena, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte proposta de** -----

-----**“ MOÇÃO**-----

----- **Sobre**-----

-----**Transferência de Competências**-----

A descentralização administrativa, conforme a CRP – Constituição da República Portuguesa – tem por finalidade assegurar o reforço da coesão nacional e de solidariedade inter-regional e promover a eficiência e eficácia da gestão pública, assegurando os direitos das populações. Descentralização que envolve, entre outros aspetos, a transferência de atribuições e competências para as autarquias.-----

A transferência de poderes e competências para executar (física e financeiramente) ações, serviços ou investimentos é mera desconcentração – só há descentralização quando a transferência inclua o poder de decidir. -----

A transferência de atribuições e competências deve ser acompanhada dos meios humanos, recursos financeiros e do património adequado ao desempenho das funções transferidas, visa uma melhor e mais eficaz resposta aos direitos, aspirações e necessidades das populações, e não pode consistir, como a prática tem demonstrado, num processo de redução do investimento público e alijamento do ónus de insatisfação e incumprimento para o Poder Local. -----

A solução a encontrar deverá passar por uma verdadeira descentralização de competências, em que o Poder Local democrático se assumia como titular de atribuições e competências próprias, com os inerentes poderes de direção e conformação que faça sentido à luz do princípio da subsidiariedade e complementaridade como forma de melhor responder aos direitos e anseios das populações e que não ponha em causa a universalidade das funções sociais do Estado. -----

Ojectivos que exigem, como garantia de coerência do processo, uma delimitação clara das atribuições e competências que envolva os níveis de administração central, regional e local. -----

Devem manter-se no Estado, para além dos que são próprios do exercício da soberania, os poderes que permitam o desenvolvimento estrutural do país e os que coloquem todos os cidadãos em plano de igualdade no acesso aos bens e serviços constitucionalmente garantidos nos domínios económico, social e cultural. -----

A inexistência de autarquias de nível intermédio – as regiões administrativas – que não são substituíveis pelas CIM ou qualquer outra solução intermunicipal, constitui um obstáculo a uma efetiva descentralização que é urgente resolver. -----

Novas competências para as autarquias exigem o preenchimento de condições (financeiras, de autonomia e de organização) para o seu pleno exercício, reclamam a reposição de condições para responder às responsabilidades que já hoje detém, exigem a devolução às autarquias das competências em relação às águas que lhe foram retiradas com a criação dos sistemas multimunicipais. Exigem ainda a reposição das freguesias.--

A experiência de décadas em que, mais que transferência de competências, se transferiram encargos, obriga à avaliação rigorosa dos meios necessários ao exercício das competências consideradas, a definição do ponto de partida para a fixação do volume de recursos necessários e a verificação de garantias futuras quanto ao regime financeiro. -----

**Face aos projetos de diplomas do governo agora concluídos sobre transferência de competências e sobre a orgânica das CCDR, a AM de Santiago do Cacém, reunida a 24 de fevereiro de 2017, delibera: -----**

**1. Reafirmar a descentralização como condição essencial para o desenvolvimento local e regional.-----**

**2. Reiterar a exigência de criação das regiões administrativas enquanto fator indispensável a um processo coerente de delimitação de responsabilidades entre os vários níveis de administração, a uma reforma democrática de administração, à defesa da autonomia dos municípios.-----**

**3. Exigir a eliminação de todas as restrições à autonomia do Poder Local em matéria financeira, orçamental, organizacional, material e humana. -----**

**4. Rejeitar qualquer nova transferência de atribuições e competências sem a garantia comprovada da dotação das autarquias com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, presente e futuro.” -----**

A Senhora Presidente colocou a proposta de Moção para discussão. -----

Interveio o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, questionando sobre a posição dos subscritores da proposta de moção relativamente aos efeitos nocivos para a democracia do projeto de diploma que se conhece. -----

Mais referiu que defende a descentralização no que respeita às questões financeiras, não defendendo o modelo de regiões administrativas que foi apresentado, havia quase vinte anos, e que foi rejeitado em referendo. Acrescentou que havendo mais descentralização não será necessária uma entidade intermédia, não defendendo também a alteração à

reorganização das freguesias, o que será conseguido numa convergência do PS e do PSD sobre esta matéria. -----

O Senhor José Sucena referiu que os proponentes da moção estão contra a forma como se pretende fazer a descentralização, acrescentando que prosseguem as discussões sobre este assunto. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que se tratava de uma matéria amplamente discutida pelo Poder Local, sendo que ele e muitos autarcas estão frontalmente contra a proposta sobre este assunto. -----

Mais referiu que a Constituição da República prevê uma distribuição equilibrada dos recursos financeiros do país, entre o Poder Local e o Poder Central, mas, havia mais de uma década que a Lei das Finanças Locais não estava a ser cumprida pelos sucessivos governos, enquanto nos últimos anos foi imposta uma carga fiscal muito elevada aos portugueses e cortes brutais nas transferências para as autarquias. -----

Mais referiu que não estavam indicadas na proposta de lei em discussão as verbas que acompanham as novas competências que o Governo pretende transferir para as autarquias. Acrescentou que existem setores da responsabilidade da Administração Central que estão subfinanciados, como acontece na Educação, dando como exemplo o ensino pré-escolar no Município, em que a lei prevê vinte e um auxiliares, quando são necessários quarenta e três, e que as escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico deviam ter vinte e dois auxiliares e só têm doze, sendo que a Câmara Municipal tem vindo a colmatar esta situação. Mais referiu que o problema que está a acontecer na ESPAM, de falta de pessoal auxiliar, não existiria, caso esta matéria fosse da responsabilidade da Câmara Municipal, mas obrigaria esta a retirar verbas de outras ações, também importante, para resolver a situação. -----

Referiu ainda outro exemplo que tem a ver com a transferência de património, edifícios devolutos e em mau estado, para as autarquias, não dispondo as câmaras de verbas para os reabilitar, pelo que, teriam de os alienar, como se estas fossem empresas imobiliárias. Acrescentou que fará mais sentido ser a Administração Central a vender ou a reabilitar aqueles edifícios, nos quais não investiu durante muitos anos. -----

Concluiu, referindo que era muito nefasto para as câmaras municipais o previsto na proposta de diploma sobre esta matéria, as quais já se debatem com muitos problemas, o que levaria ao seu agravamento, considerando muito oportuna a proposta de Moção sobre o assunto. -----

Interveio a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, referindo subscrever as preocupações expostas no texto da Moção, considerando que a descentralização proposta não visava o reforço da democracia e da autonomia do Poder Local. -----

Interveio novamente o Senhor Pedro do Ó Ramos, referindo que na Moção não havia uma rejeição do proposto no projeto de lei e que aquilo que foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal também não estava vertido na mesma, pelo que não podia votar a favor. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta de Moção** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezoito votos a favor, sendo dezassete dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Maria da Conceição Pinela, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, Carlos Francisco, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Armando Severino de Almeida e Virgílio Gonçalves, e um da eleita do BE, Senhora Joana Ganço

Filipe. Seis abstenções dos eleitos do PS, Ricardo Campos da Silva Rico, Marina Patrícia Basílio Pedro, João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, Nelson José Bento Raposo e Vera Lúcia da Costa Violante e um voto contra, do eleito do PSD, Senhor Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos. -----

-----  
**Pelo Senhor João Alberto Guerreiro, eleito da CDU, foi apresentada a seguinte**

**“MOÇÃO/SAUDAÇÃO:-----**

**Dia Internacional da Mulher – 8 de março -----**

**Um dia incontornável no caminho de uma sociedade justa, livre de desigualdades e Discriminações -----**

**A Mulher -----**

**A mulher não é só casa -----**

**Mulher-loiça, mulher-cama -----**

**Ela é também mulher-asa, -----**

**Mulher-força, mulher-chama -----**

.....

**E é preciso dizer-----**

**Dessa antiga condição-----**

**A mulher soube trazer -----**

**A cabeça e o coração -----**

.....

**Trouxe a fábrica ao seu lar -----**

**E ordenado à cozinha -----**

**E impôs a trabalhar -----**

**A razão que sempre tinha-----**

.....

**Trabalho não é só de parto -----**

**Mas também de construção-----**

**Para um filho crescer farto -----**

**Para um filho crescer são -----**

... ..

**A posse vai-se acabar -----**

**No tempo da liberdade-----**

**O que importa é saber estar -----**

**Juntos em pé de igualdade-----**

.....

**Desde que as coisas se tornem-----**

**Naquilo que a gente quer-----**

**É igual dizer meu homem -----**

**Ou dizer minha mulher.-----**

***José Carlos Ary dos Santos* -----**

A poucos dias de celebrar o Dia Internacional da Mulher os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, saúdam todas as mulheres que vivem e trabalham neste Concelho.-----

O Dia Internacional da Mulher transporta para o tempo presente um património histórico de luta das mulheres pela sua emancipação, com reivindicações específicas e que constitui um fator de enriquecimento de uma luta comum a homens e mulheres pela transformação social. -----

Trata-se de uma data histórica, um dia para assinalar uma luta de todos os dias. Em Portugal percorre-se um caminho de recuperação de rendimentos e direitos, um caminho que importa prosseguir e consolidar e que não dispensa que as mulheres se assumam como sujeitos ativos na luta para responder aos problemas mais sentidos e pela concretização da igualdade na lei e na vida.-----

Esta saudação pretende referenciar todos os homens e mulheres que, pela sua prática diária, contribuem para que mais rapidamente se alcance o ano em que não será necessário marcar a diferença, em que o 8 de março seja sinónimo de plena igualdade e plenos direitos entre homens e mulheres no emprego, nos cuidados de saúde, no ensino, na família, na sociedade. -----

As mulheres ao comemorarem este dia que não é apenas um dia de mulheres é um dia de celebração da luta pelos direitos das mulheres, acalentando o sonho de transformação social que abra as portas para uma vida melhor e mais justa, desafiando as mulheres para se juntarem na defesa dos seus direitos, organizando-se como grande força social e política mobilizadora e transformadora da sociedade. -----

Consideramos que o Dia Internacional da Mulher foi, é, e deverá continuar a ser um dia de luta da mulher pelos seus direitos e emancipação.-----

Assim, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém reunida em sessão ordinária no dia 24 de fevereiro propõe deliberar:-----

. Saudar as santiaguenses e, através delas, as mulheres portuguesas e de todo o Mundo, em mais uma celebração do Dia Internacional da Mulher, refirmando a confiança num futuro de igualdade entre homens e mulheres;-----

. Que a presente saudação seja divulgada pelos órgãos de comunicação social e o movimento associativo do Município.”-----

A Senhora Presidente colocou a **proposta de Moção** para discussão.-----

Não havendo inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta de Moção** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade e aclamação**. -----

#### **A26/IP8 – CONCLUSÃO DAS OBRAS** -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, referiu que a data que tinha sido prevista para a conclusão das obras era trinta e um de janeiro do ano em curso, o que não aconteceu, questionando se existia uma nova data para o efeito. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que aquelas obras não eram da competência da Câmara Municipal e recordou que tinha sido surpreendido pelo anúncio do Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, em Sines, de que as obras iriam recomeçar e ficariam concluídas no final de janeiro, quando três dias antes tinha colocado a questão ao Presidente da empresa Infraestruturas de Portugal, não tendo obtido informação sobre o assunto. Acrescentou que não questionou sobre o cumprimento daquele prazo, logo que o mesmo terminou, tendo em conta que existem sempre atrasos, não tendo até à presente data qualquer informação sobre uma nova data para a conclusão das mesmas. -----

Mais referiu que também não tinha sido oficialmente informado sobre a deslocação ao Litoral Alentejano de uma delegação parlamentar, sendo que a visita dos deputados tinha sobretudo a ver com a situação do IC1, para a qual não foram convidados os presidentes das câmaras municipais de Sines e de Santiago do Cacém, nem foram solicitadas quaisquer informações. -----

Informou ainda que existe um problema complicado relativamente à A26-1 o qual tem a ver com o troço dentro da Cidade de Vila Nova de Santo André, ao longo do qual foi colocada uma vedação que não permite a passagem de um para o outro lado da Cidade.



Acrescentou que, conjuntamente com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santo André, tentou sensibilizar os responsáveis da empresa Infraestruturas de Portugal para esta situação, no sentido daquele troço, dentro da Cidade, e a partir do cruzamento do Monte Velho, deixar de ter o perfil de autoestrada, o que só será possível depois do mesmo deixar de pertencer à concessionária da obra. Mais informou que as autarquias estão em sintonia com a população que apresentou um abaixo-assinado sobre esta matéria e que vão continuar a insistir no sentido da resolução do problema. -----

Interveio o Senhor Jaime Cáceres, eleito da CDU, referindo que no seguimento da Petição promovida pela Assembleia de Freguesia de Santo André foram recebidos pela Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas da Assembleia da República, onde foram informados de que a conclusão das obras estava prevista para o dia quinze de fevereiro, acrescentando que neste processo, em sua opinião, o interesse privado foi colocado acima do interesse público. -----

Relativamente ao atravessamento da Cidade referiu que existia um projeto, do tempo do Gabinete da área de Sines, com uma solução para aquele troço, a qual consistia na criação de uma Alameda e de duas rotundas nos extremos da Cidade. -----

Mais informou que a Freguesia ia avançar com um abaixo-assinado sobre a questão do atravessamento, mobilizando todos à volta desta questão, porque não se justifica que as pessoas tenham de percorrer dois quilómetros, em vez de uns poucos metros. -----

Referiu ainda que não aceitam que a via entre a Cidade de Santo André e Sines (ER261-5) seja classificada como autoestrada, para que não haja a tentação de colocar portagens na mesma. -----

#### **CIDADE DE SANTIAGO DO CACÉM – OBRAS EM CURSO -----**

O Senhor Pedro do Ó Ramos referiu concordar com as obras de requalificação que se desenvolvem na Rua Professor Egas Moniz e vias contíguas, considerando que as mesmas vão criar melhores condições do ponto de vista da mobilidade e que compreende que as obras são sempre um mal necessário, trazendo incómodos às pessoas, questionando se as mesmas ficarão concluídas em julho ou se está previsto que resvalem para mais tarde, tendo em conta as obras de canalização. -----

Chamou também a atenção para o estado lastimável do piso da rotunda, a nascente, junto ao Auditório Municipal. -----

Mais referiu que o seu Partido tem defendido a criação de uma via circular à Cidade de Santiago do Cacém, considerando que a mesma é cada vez mais necessária, questionando sobre o acolhimento desta pretensão por parte da empresa Infraestruturas de Portugal. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que só foi possível iniciar o processo daquelas obras a partir de julho de dois mil e quinze, porque foi preciso esperar pelo financiamento comunitário, acrescentando que o prazo para a realização da obra é de oito meses, terminando em vinte de julho do ano em curso. Mais informou que foi construída, por administração direta, uma via alternativa para o trânsito, no sentido de minimizar os problemas de circulação resultantes das obras. Informou também que as obras das pluviais estão concluídas e que a partir do dia seis de março serão minimizados os constrangimentos na circulação, estando convencido de que o prazo de conclusão das obras será cumprido. -----

Relativamente à via circular à Cidade de Santiago do Cacém, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que este assunto já foi colocado, várias vezes, em reuniões com a empresa Infraestruturas de Portugal. Acrescentou que logo que seja homologada a desclassificação das vias dentro do perímetro urbano, será retomada a discussão sobre o

atravessamento da Cidade por camiões, apelando a todos para que se comprometam relativamente a esta matéria, tendo em conta a sua importância para a segurança das pessoas, em geral. -----

### **CIDADE DE SANTIAGO DO CACÉM – LOCALIZAÇÃO DA CASA MORTUÁRIA**-----

O Senhor Pedro do Ó Ramos referiu que a Câmara Municipal decidiu avançar com o projeto perto do Centro de Saúde, questionando se não haviam outras alternativas para a sua localização, bem como a razão por que foi abandonada a solução de Vale Matanças, a qual fica mais perto do cemitério e dispõe de estacionamento. -----

Interveio o Senhor José Neves, eleito da CDU, referindo que se congratulava com a construção da Casa Mortuária, questionando se estava previsto mais do que um espaço para velório e a possibilidade de serem veladas pessoas de outras religiões, para além da religião cristã.-----

A Senhora Joana Filipe questionou, se não haviam outras alternativas perto do cemitério e com mais lugares de estacionamento.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que, durante muitos anos, houve contestação ao local onde funcionava a Casa Mortuária, no Centro Histórico da Cidade, acrescentando que foram analisadas várias hipóteses de localização daquele equipamento, perto do cemitério, mas ninguém o queria perto da sua residência, sendo uma das hipóteses, em Vale Matanças, a qual mereceu a contestação de mais de quarenta moradores, com os quais a Câmara Municipal reuniu, tendo os mesmos referido que não queriam conviver com a morte todos os dias e que tinham outras expectativas ao escolherem aquele local para residirem. Acrescentou que a Câmara Municipal foi sensível aos argumentos colocando, reavaliando a situação. Outra hipótese era no parque das oliveiras, perto das escolas, tendo, entretanto, sido contactado por responsáveis ligados ao setor da Saúde, no sentido da Câmara Municipal disponibilizar terreno para a construção de um novo Centro de Saúde, sendo aquele um local a considerar, tendo em conta que se trata de uma zona de equipamentos prevista no Plano de Urbanização da Cidade (PU), tal como aquele onde se vai localizar a Casa Mortuária. Mais informou que segundo informação de responsáveis do setor da Saúde, a construção do novo Centro de Saúde de Santiago do Cacém consta como uma prioridade no programa operacional Portugal 2020. -----

Mais referiu que percebia a questão da distância daquele equipamento ao cemitério, mas houve a preocupação de o retirar para uma zona periférica da Cidade, tendo em conta as questões levantadas. -----

Informou ainda que aquele equipamento disporá de duas salas para velórios e que está previsto o reforço de lugares de estacionamento no local. -----

Referiu também que havia muito tempo que se andava a estudar uma possível localização para o novo cemitério, e que se perspectivava também que junto ao mesmo fosse construída a Casa Mortuária, sendo que estes equipamentos não poderão ficar localizados dentro da Cidade. Acrescentou que não estava prevista a sua concretização, a curto prazo. -----

### **COSTA DE SANTO ANDRÉ – SITUAÇÃO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO**-----

A Senhora Joana Filipe, eleita do BE, referiu que durante o inverno abriram buracos no piso daquele Parque, os quais foram tapados, mas voltaram a abrir, questionando se o assunto tinha sido abordado junto da Sociedade Pólis Litoral, responsável da obra. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a Câmara Municipal transmitiu à empresa Pólis Litoral, em devido tempo, que não partilhava daquela solução técnica, considerando que era um erro, o que se veio a comprovar. Mais informou que a Câmara Municipal promoveu uma reunião com o Presidente da empresa e responsáveis de entidades da jurisdição daquele espaço, na qual também esteve presente o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, às quais apresentou duas soluções possíveis para a resolução do problema, uma que passava pela colocação de grelhas de arrelvamento e outra que compreendia uma rega asfáltica, tendo ficado convencido que a situação seria resolvida, o que não se verificou, recebendo, posteriormente, um ofício da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) informando que as soluções propostas não eram admitidas pelo Plano da Orla Costeira (POC). Acrescentou que o passo seguinte será falar com a Tutela, o que irá fazer, tendo, para o efeito, solicitado uma reunião à Senhora Secretária de Estado do Ordenamento do Território e Conservação da Natureza. Referiu ainda que foi a Câmara Municipal que reparou o piso daquele parque de estacionamento, mas o que se pretende é uma solução definitiva, tendo até admitido a possibilidade da Câmara Municipal assumir os custos da mesma. -----  
Interveio o Senhor Jaime Cáceres, eleito da CDU, referindo que a situação daquele parque era inadmissível e que era preciso optar por uma solução para resolver o problema, estando as autarquias disponíveis para ajudar no processo, tal como o Senhor Presidente da Câmara Municipal transmitiu à Agência Portuguesa do Ambiente (APA), acrescentou que era preciso continuar a lutar para a resolução do mesmo.-----  
Mais referiu que considerava positiva a forma como estava a correr a reunião da Assembleia Municipal, cada um marcando a sua posição, bem como a forma pedagógica como o Senhor Presidente da Câmara Municipal tem vindo a responder às questões colocadas pela Oposição. -----

#### **EDIFÍCIO DOS ANTIGOS PAÇOS DO CONCELHO -----**

A Senhora Joana Filipe questionou sobre o que a Câmara Municipal pretende fazer com o edifício dos antigos Paços do Concelho. -----  
O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o assunto está sendo avaliado. -----

#### **PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO URBANO – PEDU 2020 – APLICAÇÃO DOS FUNDOS NAS FREGUESIAS-----**

A Senhora Joana Filipe questionou sobre a razão da aplicação dos fundos do PEDU somente nas freguesias de Alvalade, Cercal do Alentejo, Santo André e Santiago do Cacém. -----  
Acrescentou que seria de abrir o debate à população sobre os projetos a executar. -----  
O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que, de acordo com as regras do PEDU, só as localidades com centro histórico podiam ser contempladas. Mais informou que a Cidade de Santo André tinha sido, inicialmente, excluída, mas foi possível fundamentar que se tratava de uma situação particular que precisa de obras de regeneração, tendo sido aceites os argumentos apresentados. -----  
Mais referiu que as outras freguesias também têm beneficiado de investimentos no âmbito da regeneração urbana, nomeadamente Ermidas, Alvalade e S. Domingos, considerando que a questão estava eivada de alguma demagogia política e que isso teria a ver com o facto de faltarem cerca de oito meses para as eleições autárquicas. -----

## **FREGUESIA DE CERCAL DO ALENTEJO – OBRAS PREVISTAS NO ÂMBITO DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO URBANO (PEDU)**-----

Interveio o Senhor António Albino, eleito da CDU, e Presidente da Junta de Freguesia de Cercal do Alentejo, o qual começou por saudar a realização descentralizada da sessão ordinária da Assembleia Municipal na Freguesia de Cercal do Alentejo. -----

Questionou em seguida sobre os investimentos previstos para a Freguesia no âmbito daquele Programa. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que estão previstas as requalificações, da praça da Igreja Matriz, do Mercado Municipal e da Rua da Parreira. -----

### **----- ORDEM DO DIA: -----**

#### **1. Expediente**-----

---A Senhora Presidente deu conhecimento da relação do expediente que deu entrada nos Serviços Administrativos da Assembleia Municipal, desde o dia doze de dezembro de dois mil e dezasseis até ao dia treze de fevereiro de dois mil e dezassete, documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número um, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----

#### **2. Atas**-----

---A Senhora Presidente colocou para discussão a **ata nº 06**, da Sessão Ordinária de quinze de dezembro de dois mil e dezasseis, referindo que deverá ser acrescentado o seguinte texto, na página dez, no penúltimo parágrafo, para completar a intervenção da Senhora Ana Raquel Hilário, conforme consta na gravação da reunião: “..., *acrescentando esperar que Cuba possa conhecer o desenvolvimento depois da recessão sobre a ditadura comunista de Fidel Castro.*” -----

Interveio a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, chamando a atenção para a correção da data constante na primeira linha da página nove, para *1974*. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **ata** a votação, com as correções referidas, a qual foi **aprovada, por unanimidade**. -----

Os senhores Pedro do Ó Ramos, Ricardo Rico, Carlos Parreira, Miriam Mascarenhas e Carlos Francisco não votaram, por não terem estado presentes naquela reunião. -----

#### **3. Designação de um(a) cidadã(o) para integrar a Comissão Alargada CPCJ de Santiago do Cacém.**-----

**APRESENTANTE:** Senhora Isabel Contente, eleita da CDU.-----

**“PROPOSTA: Designar a cidadã Maria de Fátima Gamito da Costa Rodrigues, natural e residente em Santiago do Cacém, professora, aposentada, para integrar a Comissão Alargada CPCJ SC, em conformidade com o previsto na alínea l do nº1 do artigo 17º da Lei nº 142/2015, de 8 de setembro.”**-----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato a votação, por escrutínio secreto. -----

**Aprovada a proposta, com vinte e dois votos a favor, e um voto branco.**-----

**AUSÊNCIAS TEMPORÁRIAS:** Senhor José Sucena e Senhor Rui Madeira. -----

#### **4. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

--- a) **Declarações – compromissos plurianuais, pagamentos e recebimentos em atraso;**-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, o qual **deu conhecimento** à Assembleia Municipal de todos os compromissos plurianuais, pagamentos e recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2016, constantes nas declarações, em anexo.\* -----

**FUNDAMENTOS:** alínea a) e b) do nº 1 e alínea c) do nº 2 do artigo 15º da Lei nº 8/2012 de 12 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março e artº 17 do Decreto Lei nº 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto Lei nº 99/2015, de 2 de junho. -----

\*documentos que são dados como reproduzidos na presente ata com o número dois, ficando arquivados na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricados pelos membros da Mesa. -----

Interveio o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD e a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, felicitando a Câmara Municipal pela redução dos pagamentos em atraso. -----

**--- b) Empréstimo de Longo Prazo até ao montante de 327.000€ (Trezentos e vinte e sete mil euros) - Revogação de deliberação;** -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, o qual apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA:** Solicitar à Assembleia Municipal que revogue a sua deliberação de 29 de abril de 2016 referente à aprovação do Empréstimo de Longo Prazo até ao montante de 327.000€ (Trezentos e vinte e sete mil euros). -----

**FUNDAMENTOS De facto: Um** - Em reunião de 31 de março de 2016, a Câmara Municipal deliberou efetuar consulta a diversas entidades bancárias com vista a contratação de um empréstimo de longo prazo, até ao montante de 327.000 euros, para financiamento dos seguintes projetos: -----

- 11 112 - 2016/006 Equipamentos Diversos-Viaturas Ligeiras - 30.000,00 euros;-----

- 24 512 - 2015/054 Resíduos sólidos/Aquisição de equipamento varredora - 144.500,00 euros;-----

- 24 512 - 2016/054 Resíduos sólidos/Aquisição de equipamento/Viatura e Aspiradores para folhas - 60.000,00 euros;-----

- 33 114 - 2015/097 Aquisição/Manutenção de viaturas máquinas e equipamento – mini pá carregadora - 48.000,00 euros; -----

- 33 114 - 2016/105 Aquisição/Manutenção de viaturas máquinas e equipamento-Auto Betoneira - 44.500,00 euros.-----

**Dois** – Na reunião de Câmara Municipal de 21 de abril de 2016 e em sessão da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2016, foi deliberado efetuar contrato de empréstimo com o Banco BPI para o financiamento dos projetos atrás referidos. -----

**Três** – Em 2 de junho de 2016 a Câmara Municipal aprovou a proposta da minuta do contrato de empréstimo, tendo o processo sido enviado para visto prévio do Tribunal de Contas (TC) em 17 de junho de 2016. -----

**Quatro** – O TC no âmbito da apreciação do processo em sede de visto prévio devolveu o processo por duas vezes, solicitando vários esclarecimentos e o envio de diversa documentação.-----

**Cinco** – Esta realidade levou a que o processo se tivesse alongado no tempo. Tendo em conta a urgência na aquisição da varredora e da Betoneira (que representavam mais de metade do investimento) conseguiu-se reunir os meios financeiros necessários para a concretização do investimento. -----

**Seis** – Por outro lado, para os outros projetos foi tomada a opção de os considerar no Plano Plurianual de Investimentos para 2017. -----

**De direito: Um** –Nos termos dos artigos 49, 51 e 52 da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro e de acordo com a alínea f) do nº 1 do artigo 25 do anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro. Nos termos do artº 165º nº 1 do Código do Procedimento Administrativo (CPA).” -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o Senhor João Filipe Pereira, eleito do PS, questionando se já tinham sido adquiridos os dois equipamentos previstos em orçamento. -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos, eleitos do PSD, questionou sobre o tipo de esclarecimentos solicitados pelo Tribunal de Contas. -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que começou por informar que os dois equipamentos estavam em processo de aquisição. Mais informou que as questões colocadas pelo TC tinham a ver com procedimentos inerentes ao desenvolvimento do processo, às quais a Câmara Municipal respondeu, tendo sido solicitados mais esclarecimentos, o que levou a uma demora incompatível com a impreterível necessidade de aquisição daqueles equipamentos, pelo que foi decidido avançar com o processo, sem esperar pelo empréstimo, dado que o saldo orçamental o permitia. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação a qual foi **aprovada, por unanimidade**, com vinte e cinco votos a favor, sendo dezassete dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Maria da Conceição Pinela, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, Carlos Francisco, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Armando Severino de Almeida e Virgílio Gonçalves, seis de eleitos do PS, Senhores Ricardo campos da Silva Rico, Marina Patrícia Basílio Pedro, João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, Nelson José Bento Raposo, Vera Lúcia da Costa Violante e Miriam Mills Mascarenhas, um do eleito do PSD, Senhor Pedro do Ó Ramos, e um da eleita do BE, Senhora Joana Filipe. -----

--- **c) Empréstimo de Longo Prazo até ao montante de 1.037.000€ (Um milhão e trinta e sete mil euros);** -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, o qual apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA: Um** - Efetuar Contrato de Empréstimo de Longo Prazo com o Banco BPI S.A., até ao montante de 1.037.000 Euros por um prazo Global até 20 anos, com um período de utilização e Diferimento até 2 anos, com uma Taxa de Juro indexada à Euribor a 6 meses+ Spread de 1,00%, com os reembolsos de Capital em Prestações trimestrais constantes e sucessivas e com a Cobrança de Juros em Prestações trimestrais postecipadas, para financiamento dos seguintes projetos: -----

- 21.123 2016/17 Escola EB/JI nº4 de Vila Nova de Santo André - 537.000,00€ -----

- 33 112 2017/75 Conservação e manutenção de arruamentos em São Domingos - 107.000,00€ -----

- 33.112 2017/77 Conservação e manutenção de arruamentos em Santo André – 153.800,00€ -----

- 33 112 2017/80 Conservação e manutenção de arruamentos em Abela - 14.600,00€----

- 33 112 2017/81 Conservação e manutenção de arruamentos em Santiago do Cacém - 145.700,00€ -----

- 33 112 2017/84 Conservação e manutenção de arruamentos em Ermidas- 21.700,00€ -

- 33 112 2017/86 Conservação e manutenção de arruamentos em Cercal do Alentejo - 39.700,00€ -----

- 33 112 2017/88 Conservação e manutenção de arruamentos em Alvalade- 17.500,00€-

**Dois – Propõe-se ainda que seja solicitada à Assembleia Municipal:** -----

- **A autorização para a realização dos projetos de investimento atrás referidos, tendo em conta que o montante do investimento é superiora a 10% das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício.**-----

- **A aprovação do empréstimo nas condições referidas.** -----

- **A autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais no âmbito do contrato de empréstimo a celebrar, cujo início de utilização ocorrerá em 2017.** -----

**FUNDAMENTOS: Um** – A proposta do Banco BPI S.A. é a mais vantajosa, de acordo com a informação nº 03/DAGF/2017. -----

**Dois-** De acordo com o nº2 do artº51 da Lei 73/2013 de 3 de setembro; com os artigos 49,51 e 52 da Lei anteriormente referida; com a alínea f) do nº1 do artº25 do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei 75/2013 de 12 de setembro e com a alínea c) do nº1 do artº6 da lei 8/2012 de 21 de fevereiro, na redação vigente.” -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, questionando sobre quais as obras previstas realizar na EB/JI N.º4, de Vila Nova de Santo André. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que, na prática, resultará uma escola nova. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com vinte e quatro votos a favor, sendo dezassete dos eleitos da CDU**, Senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Maria da Conceição Pinela, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, Carlos Francisco, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Armando Severino de Almeida e Virgílio Gonçalves, **seis de eleitos do PS**, Senhores Ricardo Campos da Silva Rico, Marina Patrícia Basílio Pedro, João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, Nelson José Bento Raposo, Vera Lúcia da Costa Violante e Miriam Mills Mascarenhas e **um da eleita do BE**, Senhora Joana Filipe.-----

**Uma abstenção**, do eleito do PSD, Senhor Pedro do Ó Ramos.” -----

**--- d) Alteração ao Anexo I do Contrato de Concessão de Energia Elétrica de Baixa Tensão no Município de Santiago do Cacém;** -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, o qual apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA:** Aprovar a Minuta de Protocolo entre o Município de Santiago do Cacém e a EDP Distribuição – Energia, S.A., com vista à alteração do Anexo I do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão no Município de Santiago do Cacém.\* -----

**FUNDAMENTOS: De Facto: 1.** Em 24 de julho de 2002, foi assinada a Renovação do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão no

Município de Santiago do Cacém, entre esta Câmara Municipal e a EDP Distribuição – Energia, S.A.. -----

**2.** Este contrato prevê no seu artigo 29º a definição dos tipos de iluminação e lâmpadas a adotar como “tipo corrente” no Município, remetendo os critérios e as características técnicas para o Anexo I do mesmo contrato. O artigo 29º prevê ainda que o referido Anexo “poderá ser revisto de cinco em cinco anos, se tal se justificar, tendo em conta a evolução tecnológica e ou a redução dos custos e dos consumos, sem pôr em causa os níveis de iluminação aconselháveis.”; -----

**3.** O “Novo Anexo I” reflete a evolução tecnológica verificada nos aparelhos de iluminação e o grau de maturidade atingido pelas luminárias de tecnologia LED (Light Emitting Diode) existentes no mercado, prevendo-se a sua instalação em novas infraestruturas, na substituição de luminárias de vapor de mercúrio e ainda nas luminárias de vapor de sódio que se encontrem obsoletas, contribuindo para a poupança e eficiência energética. -----

**De Direito:** Os municípios dispõem de atribuições, designadamente, no domínio da energia, de acordo com a alínea b) n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;”-----

\*documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número três, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas depois de rubricado pelos membros da Mesa.

A Senhora Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**, com vinte e cinco votos a favor, sendo dezassete dos eleitos da CDU, Senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Maria da Conceição Pinela, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, Carlos Francisco, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Armando Severino de Almeida e Virgílio Gonçalves, seis de eleitos do PS, Senhores Ricardo campos da Silva Rico, Marina Patrícia Basílio Pedro, João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, Nelson José Bento Raposo, Vera Lúcia da Costa Violante e Miriam Mills Mascarenhas, um do eleito do PSD, Senhor Pedro do Ó Ramos, e um da eleita do BE, Senhora Joana Filipe. -----

--- **e) Apoio à Freguesia de Santo André;**-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, o qual apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA:** Submeter à Assembleia Municipal a aprovação de apoio monetário no valor de 1 750€ (mil setecentos e cinquenta euros) à Junta de Freguesia de Santo André para o desenvolvimento das suas atividades, de acordo com os fins que prossegue, no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações. -----

**FUNDAMENTOS: De facto: Um:** A Câmara Municipal de Santiago do Cacém está empenhada no desenvolvimento equilibrado e progressivo do Concelho, tomando medidas que traduzem a sua efetiva preocupação pela defesa e preservação do ambiente e da qualidade de vida da população, das estruturas e atividades culturais e desportivas do concelho de Santiago do Cacém;-----

**Dois:** A Câmara Municipal de Santiago do Cacém desenvolve ações de procura de apoios diretos ou indiretos às entidades e instituições que demonstrem realizar atividades relevantes e tem desenvolvido um conjunto significativo de apoios



financeiros e logísticos a dezenas de associações de carácter cultural, desportivo, social e humanitário;-----

**Três:** A Sociedade Anónima Petróleos de Portugal – Petrogal S.A., (Petrogal) atribuiu ao Município de Santiago do Cacém (MSC) uma verba para apoio ao desenvolvimento de atividades culturais, desportivas, ambientais e de solidariedade social do concelho, que veio proporcionar condições financeiras para que o MSC possa atribuir, um apoio financeiro de 1 750€ (mil setecentos e cinquenta euros) à Junta de Freguesia de Santo André, para que esta prossiga o desenvolvimento de atividades nas suas áreas de intervenção, contribuindo assim para o desenvolvimento social, cultural, ambiental e desportivo do município;-----

**Quatro:** A Junta de Freguesia de Santo André, contribui para o desenvolvimento, social, cultural, ambiental e desportivo do município, através das inúmeras atividades que realiza ao longo do ano. -----

**De direito: Um:** Compete à Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal deliberar sob formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, conforme o previsto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

**Dois:** As freguesias dispõem de atribuições nos domínios da cultura, tempos livres, desporto, ação social e ambiente, nos termos do da alíneas d) f) e h) do n.º 2 do artigo 7.º do citado regime. “-----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, referindo que não estava claramente definida a aplicação daquela verba.-----

O Senhor Jaime António Pires de Cáceres, eleitos da CDU, informou que aquela verba se destinava a iniciativas próprias da Junta de Freguesia.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**, com vinte e cinco votos a favor, sendo dezassete dos eleitos da CDU, Senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Maria da Conceição Pinela, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, Carlos Francisco, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Armando Severino de Almeida e Virgílio Gonçalves, seis de eleitos do PS, Senhores Ricardo campos da Silva Rico, Marina Patrícia Basílio Pedro, João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, Nelson José Bento Raposo, Vera Lúcia da Costa Violante e Miriam Mills Mascarenhas, um do eleito do PSD, Senhor Pedro do Ó Ramos, e um da eleita do BE, Senhora Joana Filipe.-----

-----  
**--- f) Renovação da isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) à Associação de Moradores de Aldeia dos Chãos.** -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, o qual apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA: Um** – Aprovar a renovação da isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis, concedida à Associação de Moradores de Aldeia dos Chãos, por deliberação da Assembleia Municipal de 23/09/2011, relativamente ao prédio urbano inscrito na matriz predial sob o artigo 4 223º e descrito na Conservatória do Registo Predial de Santiago do Cacém sob o nº 00224/260785, da União das freguesias

de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra, pelo período de cinco anos.-----

**Dois – Propor à Assembleia Municipal a renovação da isenção referida no número um, pelo período de cinco anos.**-----

**FUNDAMENTOS: 1-** De acordo com previsto no nº 3 do art.º 16º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, (Lei das Finanças Locais).-----

**2 -** De acordo com a alínea ccc) do nº 1 do art.º 33 do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

**3 –** Uma vez que se mantém os pressupostos que estiveram na base da concessão da isenção.-----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão.-----

Interveio o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, referindo que não estava explícito na informação quais eram os pressupostos em causa e se os mesmos tinham sido cumpridos.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que a Associação mantinha a sua atividade e continuava a ter um papel importante naquela localidade, e que as crianças do Pré-escolar tomavam as refeições naquelas instalações.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**, com vinte e cinco votos a favor, sendo dezassete dos eleitos da CDU, Senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Maria da Conceição Pinela, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, Carlos Francisco, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Armando Severino de Almeida e Virgílio Gonçalves, seis de eleitos do PS, Senhores Ricardo campos da Silva Rico, Marina Patrícia Basílio Pedro, João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, Nelson José Bento Raposo, Vera Lúcia da Costa Violante e Miriam Mills Mascarenhas, um do eleito do PSD, Senhor Pedro do Ó Ramos, e um da eleita do BE, Senhora Joana Filipe Ganço.-----

## **5. ATIVIDADE AUTÁRQUICA**-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha que apresentou a Informação sobre a Atividade da Câmara Municipal nos meses de novembro e dezembro de 2016, documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número quatro, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pelo Senhor Primeiro Secretário a relação, em minuta, das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em ata.-----

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pela Senhora Presidente. Não houve inscrições para o uso da palavra.-----

Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido aprovada, por unanimidade.-----

Os trabalhos foram declarados encerrados pelo senhor Presidente, eram vinte e três horas e trinta e cinco minutos.-----

Desta Sessão se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

---

---